Domingo, 22 de Novembro de 2026

Novas CPIs miram atos da gestão Emanuel entre 2019 e 2024

Dilemário e Ilde Taques estão propondo as CPIs

Redação do rufandobombonews

A gestão do ex-prefeito Emanuel Pinheiro volta ao centro do debate na Câmara Municipal de Cuiabá com a apresentação de requerimentos para a abertura de novas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs). As propostas, protocoladas pelos vereadores Dilemário Alencar (União) e Ilde Taques (PSB), têm como foco atos praticados entre 2019 e 2024.

De autoria de Dilemário Alencar, uma das CPIs pretende investigar o Cuiabanco e o programa de microcrédito municipal. O parlamentar aponta suspeitas de “maquiagem” e possível uso político da iniciativa, tendo como principal ponto o aporte de R$ 25 milhões anunciado em abril de 2023, durante a gestão Emanuel, para fomentar o microcrédito.

O vereador também propõe apuração sobre o licenciamento urbanístico no mesmo período, com o objetivo de analisar processos de liberação de empreendimentos e verificar a existência de falhas, irregularidades ou favorecimentos indevidos durante a administração municipal.

Já o vereador Ilde Taques (PSB) protocolou o pedido da chamada “CPI dos TACs e da Compra Onerosa”, que busca investigar a atuação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (Smades) na celebração de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) durante a gestão Emanuel.

Segundo o requerimento, há denúncias de que TACs teriam sido firmados com valores de metro quadrado abaixo dos praticados pelo mercado imobiliário, além de suspeitas de direcionamento na compra de terrenos para medidas compensatórias, o que pode ter beneficiado empresas e construtoras.

Os pedidos agora dependem de apoio dos demais vereadores para que as CPIs sejam instaladas e passem a investigar oficialmente os atos da gestão Emanuel Pinheiro.